



MINEIRO

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

1/3

Relatório da Administração

OPERAÇÃO 2021

O ano de 2021 foi um ano de retomada para o Mineirão. Depois de 18 meses sem a presença de público em jogos e eventos por conta da pandemia de Covid-19, o Gigante da Pampulha voltou a receber espectadores a partir de agosto.

O retorno dos torcedores aconteceu de forma gradual, seguindo todos os protocolos definidos pelas autoridades públicas, especialmente pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

O Mineirão foi a grande casa do futebol mineiro em 2021. Palco de competições regionais, nacionais e internacionais, foram realizados 61 jogos no estádio, recorde de partidas em uma mesma temporada desde a sua reforma, em 2013. O retorno do público no futebol se deu de

forma gradual durante o ano. Nos meses de novembro e dezembro, o Mineirão recebeu 9 jogos com público médio superior a 55 mil torcedores, e um total presente no estádio superior a 630 mil torcedores. Além disso, o estádio foi palco, pelo segundo ano consecutivo, da final do Campeonato Mineiro Feminino.

Quanto aos demais eventos que não o futebol, o ano também possui uma agenda do Gigante movimentada, principalmente, no segundo semestre. O estádio recebeu 99 eventos, com um público total de quase 70 mil pessoas, tudo dentro dos protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades. Congressos, feiras e eventos corporativos, de capacitação e desenvolvimento profissional, também ocuparam as salas e espaços da arena multiuso. Entre os shows, destaca-se a gravação de DVD do cantor sertanejo Felipe Araújo.

Dentro das normas sanitárias, o Mineirão também manteve, quando possível, a programação de suas atrações fixas do Museu Brasileiro do Futebol (MBF), Tour Meu Mineirão, Tirolesa e Feirão de Carros do Mineirão. A Esplanada do Mineirão, aberta diariamente de 7h às 22h, também se fortaleceu como espaço público de recreação e saúde nesses tempos de pandemia. Ainda, em parceria com órgãos públicos de justiça e segurança, clubes mineiros e Federação Mineira de Futebol, o Mineirão promoveu a campanha "Todos contra a Importação Sexual", com o objetivo de conscientizar o torcedor e a torcedora quanto ao cometimento da importação sexual, e incentivar as pessoas a denunciarem quando forem vítimas ou presenciarem a importação.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.691	13.228
Ativo financeiro de concessão	5	97.541	97.643
Contas a receber de clientes	6	7.663	6.694
Impostos e contribuições a recuperar	7	39	1.594
Adiantamentos a fornecedores	-	574	572
Estoques	-	841	850
Titulos e valores mobiliários	14	25	3.817
Outros ativos	-	291	1.939
Total do ativo circulante		127.665	126.337
Ativo não circulante			
Ativo financeiro de concessão	5	348.302	376.058
Contas a receber de clientes	6	66.585	27.321
Partes relacionadas	13	17	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.193	1.189
Outros ativos	-	880	672
		416.977	405.240
Imobilizado	8	1.205	1.802
Intangível	9	29.902	31.729
		448.084	438.771
Total do ativo não circulante		448.084	438.771
Total do ativo		575.749	565.108
Passivo circulante			
Fornecedores	10	3.342	3.736
Empréstimos e financiamentos	11	40.167	39.779
Obrigações e encargos trabalhistas	-	1.384	1.402
Impostos e contribuições a recolher	-	5.525	1.565
Adiantamento de clientes	16	925	11.570
Receitas diferidas	-	2.712	2.515
Outras obrigações	-	12	315
Total do passivo circulante		54.067	60.882
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	97.650	137.105
Tributos diferidos	12	25.401	12.406
Partes relacionadas	13	3.018	10
Adiantamento de clientes	16	12.574	-
Provisão para riscos	14	1.071	58
Receitas diferidas	-	10.683	4.945
Outras obrigações	-	223	382
Total do passivo não circulante		150.620	154.906
Total do passivo		204.687	215.788
Patrimônio líquido	15		
Capital social		246.405	246.405
Reserva de lucros		124.657	102.915
		371.062	349.320
Total do passivo e patrimônio líquido		575.749	565.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	17	42.246	41.801
Custos dos serviços prestados	18	(15.762)	(15.861)
Lucro bruto		26.484	25.940
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.972)	(12.890)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	60.871	207
		43.899	(12.683)
Lucro operacional		70.383	13.257
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	25.289	691
Despesas financeiras	19	(13.793)	(14.674)
		11.496	(13.983)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		81.879	(726)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(15.137)	(223)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		66.742	(949)
Quantidade de ações (em milhares)	-	8.214	8.214
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	-	8,13	(0,12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	66.742	(949)	
Resultados abrangentes do exercício	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	66.742	(949)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	81.879	(726)	
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação e amortização	2.456	2.670	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	10.149	11.755	
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(60.000)	(40.299)	
Tributos diferidos	(2.142)	86	
Receitas diferidas	5.935	(969)	
Resultado na baixa de imobilizado	-	85	
Provisão para perdas esperadas	843	-	
Provisão contingência	2.193	(187)	
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Ativo financeiro de concessão	87.858	91.451	
Contas a receber de clientes	(41.076)	15.059	
Adiantamentos a fornecedores	(2)	56	
Impostos e contribuições a recuperar	1.551	(3)	
Estoques	9	192	
Outros ativos	1.440	(718)	
Fornecedores	(394)	309	
Obrigações e encargos trabalhistas	(18)	136	
Impostos e contribuições a recolher	3.960	924	
Adiantamento de clientes	1.929	(2.361)	
Pagamentos de provisão para riscos	(1.180)	-	
Outros passivos	(462)	(316)	
Caixa gerado pelas operações	94.928	77.144	
Juros pagos	(9.761)	(12.111)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	85.167	65.033	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	(32)	(578)	
Titulos e valores mobiliários	3.792	(3.817)	
Adições de intangível	-	(95)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	3.760	(4.490)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(39.455)	(230.324)	
Captação de empréstimos e financiamentos	-	193.000	
Partes relacionadas	(27)	-	
Dividendos	(41.982)	(27.000)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(81.464)	(64.324)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	7.463	(3.781)	
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	13.228	17.009	
No final do exercício	20.691	13.228	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	7.463	(3.781)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	246.405	8.692	122.172	-	377.269
Prejuízo do exercício	-	-	-	(949)	(949)
Absorção do prejuízo	-	-	(949)	949	-
Distribuição de dividendos	-	-	(27.000)	-	(27.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	246.405	8.692	94.223	-	349.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	66.742	66.742
Constituição da reserva legal	-	3.337	-	(3.337)	-
Transferência para reserva de subvenção	-	-	63.405	(63.405)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	246.405	12.029	112.628	-	371.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abraão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte – MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio do Mineirão) e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construção CCPS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egesa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.

Contrato de Concessão

O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012.

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 23 de fevereiro de 2022.

1.1. Covid-19

Os anos de 2020 e 2021 foram anos desafiadores. As medidas de isolamento e distanciamento social impostas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 afetaram diretamente as atividades de vários setores da economia, sendo o setor de entretenimento um dos mais afetados. Com a evolução da pandemia, e a conseqüente paralisação do futebol (inclusive com público) e do setor de eventos em geral, a receita operacional da Minas Arena reduziu drasticamente após 16 meses sem a presença de público no estádio, em 18 de agosto de 2021, após a publicação da Portaria SMSA/SUS-BH nº 0332/2021 em 29 de julho de 2021, atendendo a rígidos protocolos sanitários, foi liberado o retorno dos jogos de futebol profissional com a presença de público. Desde a retomada em agosto de 2021, até o final de outubro, novas liberações foram ocorrendo de forma que em 02 de novembro de 2021, foi publicada nova portaria a Portaria SMSA SUS-BH nº 0591/2021, revisando o limite da capacidade permitida de público no estádio para 100% da capacidade. Com a retomada do público, a Concessionária obteve crescimento médio nos meses de novembro e dezembro de mais de 200% no faturamento bruto comparado aos meses de novembro e dezembro de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros – classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos e passivos ao custo amortizado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Nos períodos apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.

2.4.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD ou impairment).

2.6. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ativos intangíveis

São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.



MINEIRO

sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de serviços

A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência.

b) Receita financeira

A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

c) Receita diferida

A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios.

Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado pertinentes pelo valor correspondente fração do período de cada contrato.

2.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis.

Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1 de janeiro de 2021, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

Alterações no CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4, CPC 06 (R2)/IFRS 16 e CPC 48/IFRS 9: Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2.

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações contábeis como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021.

As alterações estabelecem medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, onde permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionado a Covid-19 é uma modificação de arrendamento. Essas alterações não têm impacto relevantes nas demonstrações contábeis.

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Companhia avaliará os efeitos das normas em possíveis eventos futuros:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2) – Demonstrações Consolidadas e Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (a data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém é permitida a adoção antecipada das alterações) – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

Alterações à IFRS 3/CPC 15 – Referência à Estrutura Conceitual (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – as alterações acrescentam declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

Alterações à IAS 16/CPC 27 – Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – alteração da contabilização de receita no processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido.

Alterações à IAS 37/CPC 25 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – as alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso.

IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada) – a nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada) – as alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo.

Melhorias anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada) – A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adiante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada – a alteração esclarece que ao aplicar o teste de “10%” para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Arrendamentos (data de vigência não aplicável) – a alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

IAS 41 (CPC 29) – Agricultura (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada) – a alteração exclui a exigência na IAS 41 (CPC 29) para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 (CPC 29) às exigências na IFRS 13 (CPC 46) – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

IAS 1 (CPC 26(R1)) e declaração de prática da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade – Divulgação de políticas contábeis. Aplicável para exercícios anuais ou períodos de início em ou após 1º de janeiro de 2023 – as alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”.

IAS 8 (CPC 23) – Definição de Estimativas Contábeis. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023 – a alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”.

IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (“single transaction”). Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023 – as alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

A administração avaliará os efeitos dessas normas em possíveis eventos futuros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ativo financeiro de concessão

A Companhia reconheceu o “Ativo financeiro de concessão” com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas.

A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do “Ativo financeiro de concessão” para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo.

Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	20	3
Aplicações financeiras	20.671	13.225
Total	20.691	13.228

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários possuem rendimentos atrelados à taxa de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDB-DI) em 31 de dezembro de 2021 (2020 – 99,39% e 99,34%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

5. Ativo financeiro de concessão

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” e da Orientação Técnica OCPC 05 “Contratos de Concessão” (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 “Instrumentos Financeiros”.

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	97.541	95.093
Ativo financeiro faturado	-	2.550
Total	97.541	97.643

Não circulante

Ativo financeiro a faturar	348.302	376.058
Total	445.843	473.701

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). Ambas as parcelas estão registradas a valor justo com base nas seguintes taxas de desconto: 11,5% aa (Pa) e 8,77% aa (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	473.701	524.853
Receita financeira do ativo financeiro	60.000	40.299
Recebimentos	(87.858)	(91.451)
Saldo final	445.843	473.701

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes faturados	9.952	6.860
Contas a receber de clientes a faturar	65.832	27.848
Total	75.784	34.708

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	(1.536)	(693)
Total	74.248	34.015

Circulante

	7.663	6.694
--	-------	-------

Não circulante

	66.585	27.321
Total	74.248	34.015

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía em suas contas a receber o montante de R\$ 2.707 (2020 – R\$ 2.028) que se encontrava vencido, mas não *impaired* (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	73.077	32.680
Vencido de 1 a 29 dias	95	189
Vencido de 30 a 59 dias	141	98
Vencido de 60 a 179 dias	272	78
Vencido de 180 a 360 dias	37	228
Vencido a mais de 360 dias	2.162	1.435
Total	75.784	34.708

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	2021	Adições	Baixas	2020
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	693	843	-	1.536
Total	693	843	-	1.536

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos que a companhia não espera receber.

	2018	Adições	Baixas	2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	781	-	(88)	693
Total	781	-	(88)	693

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social		
Recuperar (Cofins)	1.188	1.159
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	4	1.592
Outros impostos e contribuições	40	32
Total	1.232	2.783

Circulante

	39	1.594
--	----	-------

Não circulante

	1.193	1.189
Total	1.232	2.783

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2022.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transfê-rência	31/12/2021
Custo						
Equipamentos em geral	1.599	9	-	-	1.608	
Móveis e utensílios	3.344	-	-	42	3.386	
Instalações	184	-	-	-	184	
Equipamentos de informática	885	-	-	-	885	
Veículos	70	-	-	-	70	
Outras	72	23	-	(42)	53	
Total	6.154	32	-	-	6.186	

Depreciação acumulada

Equipamentos em geral	10%	(1.110)	(153)	-	(1.263)
Móveis e utensílios	10%	(2.546)	(334)	-	(2.880)
Instalações	10%	(139)	(18)	-	(157)
Equipamentos de informática	20%	(504)	(103)	-	(607)
Veículos	20%	(31)	(14)	-	(45)
Outras	20%	(22)	(7)	-	(29)
Total		(4.352)	(629)	-	(4.981)

Imobilizado líquido

	Taxa anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transfê-rência	31/12/2020
Custo						
Equipamentos em geral	1.429	230	(60)	-	1.599	
Móveis e utensílios	3.672	-	(328)	-	3.344	
Instalações	193	-	(9)	-	184	
Equipamentos de informática	597	315	(27)	-	885	
Veículos	70	-	-	-	70	
Outras	113	33	(74)	-	72	
Total	6.074	578	(498)	-	6.154	

Depreciação acumulada	10%	(828)	(335)	53	-	(1.110)
Equipamentos em geral	10%	(2.428)	(371)	253	-	(2.546)
Móveis e utensílios	10%	(127)	(19)	7	-	(139)
Equipamentos de informática	20%	(439)	(93)	28	-	(504)
Veículos	20%	(17)	(14)	-	-	(31)
Outras	20%	(80)	(13)	71	-	(22)
Total		(3.919)	(845)	412	-	(4.352)

Imobilizado líquido

	2.155	(267)	(86)	-	1.802
--	--------------	--------------	-------------	---	--------------

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Custo				
Softwares	225	-	-	225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.199	-	-	45.199
Total	45.424	-	-	45.424

Amortização acumulada

Softwares	20%	(199)	(7)	(206)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(13.496)	(1.820)	(15.316)
Total		(13.695)	(1.827)	(15.522)

Intangível líquido

	Taxa anual de amortização	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Custo				
Softwares	216	9	-	225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.113	86	-	45.199
Total	45.329	95	-	45.424

Amortização acumulada

Softwares	20%	(193)	(6)	(199)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(11.677)	(1.819)	(13.496)
Total	</			



MINEIRAO

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.
CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Em 31 de dezembro de 2021, segundo os assessores jurídicos, havia processos de natureza cível e trabalhista com estimativa de perda provável no montante de R\$ 1.071 (2020 – R\$ 58), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 55.920 (2020 – R\$57.515), referente a ações cíveis, trabalhistas e administrativas. O saldo das causas de risco possível deve-se, especialmente, à autuação sobre a correta exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da parcela relativa à subvenção para investimentos.

A movimentação das provisões para riscos e amortizações é como segue:

	Provisões contingência	
	2021	2020
	Provisão para riscos	Provisão para riscos
Trabalhistas	1.013	-
Cíveis	58	58
Total	1.071	58

A movimentação das provisões para riscos e amortizações é como segue:

	Movimentação			
	2020	Adição	Baixa	Atualização
Provisão	58	2.193	-	-
Amortização provisória	-	-	(1.180)	-
Total	58	2.193	(1.180)	-

	Movimentação			
	2019	Adição	Reversão	Atualização
Provisão	245	-	(187)	-
Total	245	-	(187)	-

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão.

Capital integralizado

O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$246.405 representado pelo valor nominal de R\$30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
Total	8.214	246.405

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c) Reserva de subvenção

A Reserva de Subvenção é formada pelo valor reconhecido como ressarcimento de construção pago pelo Poder Concedente à Concessionária em função da reforma e ampliação do Complexo do Mineirão. Este ressarcimento é composto por 100% da Parcela Pecuniária PA e 40% da Parcela Pecuniária PB. A Reserva de Subvenção é constituída a partir do Resultado do exercício, depois da retenção da Reserva Legal, estando limitada ao valor total do ressarcimento de construção já recebido, o qual ainda não foi atingido até a data-base de 31 de dezembro de 2021.

d) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	66.742	(949)
Constituição da reserva legal	(3.337)	-
Transferência para reserva de subvenção	(63.405)	-

Base de cálculo para os dividendos mínimos

Adicionalmente a Companhia aprovou em 2021 a distribuição de R\$45.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os pagamentos ocorreram em maio, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei nº 12.973, de 2014.

A conciliação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.000
Distribuição de dividendos	(27.000)
Pagamentos efetuados	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Distribuição de dividendos	45.000
Pagamentos efetuados	(41.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.018

16. Adiantamento de clientes

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2021 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP. Houve reclassificação para o passivo não circulante, pois a administração entende que o valor será liquidado ao final do contrato de concessão.

17. Receita líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operação (a)	21.704	7.547
Atualização do ativo financeiro (b)	38.046	42.718
Impostos e contribuições (c)	(17.504)	(8.464)
Total	42.246	41.801

A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio;

(b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro;

(c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS).

18. Custos e despesas por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(14.277)	(13.742)
Serviços públicos	(1.169)	(1.568)
Despesa com manutenção	(6.865)	(4.170)
Serviços de terceiros	(1.635)	(1.122)
Materiais	(1.313)	(727)
Depreciação e amortização	(2.457)	(2.670)
Propaganda e publicidade	(526)	(559)
Outros	(4.492)	(4.193)
Total do custo e despesas administrativas	(32.734)	(28.751)
Custos dos serviços prestados	(15.762)	(15.861)
Despesas gerais e administrativas	(16.972)	(12.890)
Total	(65.468)	(57.502)

19. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	682	471
Juros sobre aplicação financeira	64	133
Juros de mora e descontos obtidos	-	-
Varição monetária ativa	-	-
Juros e Multa Contratual (*)	2.551	-
Outras receitas financeiras (**)	21.992	87
Total	25.289	691
Despesa financeira	(251)	(226)
Despesas e comissões bancárias	(10.149)	(11.755)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(12)
Juros de mora	-	(1)
Varição monetária passiva	(3.393)	(2.680)
Outras despesas financeiras	(13.793)	(14.674)
Total	(11.496)	(13.983)

Resultado financeiro

(*) A receita com juros e multa contratual, refere-se a atrasos nos recebimentos das parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão; e
(**) Outras receitas financeiras, refere-se à atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro.

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Energia mercado livre	30	65
Reembolso de danos estruturais	63	39
Multa contratual	67	81
Acordos Estado Mg (*)	5.032	-
Pleito Estado Minas Gerais (**)	55.637	-
Bonificações e brindes	29	-
Outras receitas	13	22
Total	60.871	207

(*) Reconhecimento do valor complementar ao acordo com Governo de Minas Gerais, referente ao pleito do estacionamento do mineirão.

(**) A Administração reconheceu o saldo a receber referente ao pleito devido ao equilíbrio econômico – financeiro contratual, cuja discussão, com o poder concedente, ocorre em sede de pleito arbitral.

21. Gestão de risco financeiro

21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.
Durante 2021 e 2020, as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais.

O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim resumidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos e financiamentos	137.817	176.884
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(20.691)	(13.228)
Dívida líquida	117.126	163.656
Total do patrimônio líquido	371.062	349.320
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	488.188	512.976
Índice de alavancagem financeira - %	23,99%	31,90%

21.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

22. Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura	
		31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	30.000	30.000
	Limite máximo de garantias / capital segurado	482.080	400.000

Patrimônio
A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Com base nessa política possui contratos de seguros, considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

DIRETORIA EXECUTIVA

Andre Luis Santana Moraes
Samuel Henrique Cornélio Lloyd

CONTADORA

Tatiana Michelle da Silva
CRC/MG 113710/O

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e acionistas da
Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

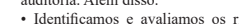
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.

Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5431-62E2-ABDE-A7F9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5431-62E2-ABDE-A7F9



Hash do Documento

o6lSjwXO2Ci0LPihc3NLqCUJWNP/fD1pO/a0cOdQKxY=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 20/04/2022 21:38 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

